

Veloso, Auxiliar Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 13/02/2000.1567-9 - Sônia Durães Lima Souza Silva, Técnico Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 02/03/2000.1626-8 - Suely Rodrigues Mendes, Auxiliar Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 05/02/2000.1606-3 - Rosemary Medeiros Santos, Auxiliar Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 07/02/2000.1622-5 - Rita de Cássia Pereira Costa, Auxiliar Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 26/02/2000.1403-6 - Raquel de Cássia Pereira Nascimento, Telefônica, 1º quinquênio a/c de 23/02/2000.1933-1 - Aldair Chaves Vieira, Auxiliar Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 15/02/2000.1633-1 - Maristela Antunes Pinto, Auxiliar Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 04/02/2000.1884-8 - Maria de Lourdes Soares Silva, Adjunta de Serviços Gerais, 1º quinquênio a/c de 01/03/2000.1319-6 - Verônica Ribeiro de Souza, Adjunta de Serviços Gerais, 1º quinquênio a/c de 03/04/2000.1785-1 - Paulo Vicente Guimaraes Carvalho, Técnico Adm., Iº Prog. de Computador, 1º quinquênio a/c de 06/02/2000. CEMF-João Nery Sifizio, Agente Adm./Datilógrafo, 1º quinquênio a/c de 09/02/2000. Políticas do HUCF-1425-7 - Ethel Stela de Moraes, Agente da Administração, 1º quinquênio a/c de 02/02/2000.1664-1 - Márcia Aparecida Soares Gonçalves, Agente Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 04/02/2000.1659-4 - Maria Elza dos Santos Silva, Auxiliar Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 07/02/2000.1787-6 - Roberto Coelho Ferreira, Técnico Univ. de Saúde, 1º quinquênio a/c de 10/02/2000.1251-3 - Ana Maria Teixeira Barbosa, Adjunta de Serviços Gerais, 1º quinquênio a/c de 13/02/2000. CCBS-0271-2 - Francisco Almir Pires, Professor Assistente, 6º quinquênio a/c de 17/12/1998.DD-1897-1 - Rosilene Maria de Mendonça, Analista da Adm./Bibliotecária, exercendo o cargo em Comissão de Chefe Divisão Biblioteca Central, 1º quinquênio a/c de 23/02/2000. Magistério: CCSA-1869-4 - Ernesto Queiroz de Freitas, Professor Assistente, 3º quinquênio a/c de 14/02/2000. CCBS-0560-6 - Robson Vieira Porto, Professor Assistente, 4º quinquênio a/c de 02/03/1993 e 5º quinquênio a/c de 07/03/1998.ATO N° 025 - Pró - Reitor da Unimontes/2000-Concede Gratificação de Incentivo à Docência de 5% (cinco por cento), nos termos do Artigo 2º e 4º da Lei 8.517/98, alterados pelos Artigos 7º e 8º da Lei 9.957/98 e 9º da Lei 11.091/93, Artigo 3º da Lei 11.431/94, sobre o vencimento do respectivo cargo, aos professores, regentes de disciplinas: CCSA-0158-9 - Álvaro de Azevedo Avila, 9º biénio a/c de 09/01/2000.0163-5 - Danilo Pereira Borges, 9º biénio a/c de 21/01/2000.0396-4 - Geraldo Matos Guedes, 7º biénio a/c de 05/02/2000.0170-8 - José Carlos Carvalho Costa, 9º biénio a/c de 29/01/2000.0401-4 - Jair Soares Rocha, 9º biénio a/c de 18/02/2000.0408-1 - Lourival do Amaral, 9º biénio a/c de 12/02/2000.0417-1 - Maria de Fátima Pinho Godinho, 9º biénio a/c de 26/01/2000.0178-3 - Noraldo Rocha Machado, 9º biénio a/c de 06/01/2000.0430-8 - Ruy Paulo Klassmann, 9º biénio a/c de 06/01/2000.0429-4 - Rosivaldo Antônio Gonçalves, 5º biénio a/c de 29/01/2000. CCBS-0312-2 - Newton Carlos Amaral Figueiredo, 9º biénio a/c de 14/02/2000.0560-6 - Robson Vieira Porto, 2º, 3º, 4º e 5º biénios a/c de 01/05/1993. 6º biénio a/c de 31/12/1993, 7º biénio a/c de 31/12/1995, 8º biénio a/c de 05/01/1998 e 9º biénio a/c de 11/01/2000.ATO N° 027 - Pró - Reitor da Unimontes/2000-Concede Férias-Premio, nos termos do Artigo 31, Inciso II da Constituição do Estado de Minas Gerais de 21/09/89, com a redação dada pela Emenda à Constituição de nº 18, de 22/12/95 e parecer nº 8.818/94, da Procuradoria Geral do Estado, para serem gozadas em época oportuna, aos seguintes servidores:Reitoria-0486-3 - Caius Marcellus Reis Silveira, Analista da Adm./Set. Pró-Reitoria, 03 meses, referentes ao 2º período quinquenal.1520-2 - Antônio Tarcísio Gomes, Oficial de Serviços Gerais, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1698-5 - Diane Pereira, Técnico Adm., Iº Prog. de Computador, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1687-1 - Kalene Moraes Antunes, Técnico Adm., Iº Prog. de Computador, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1747-7 - Náthia de Araújo Santos, Analista da Adm./Conadora, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1693-4 - Raviane Pascual de Souza, Técnico Adm., Iº Prog. de Computador, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.CCSA-0158-9 - Álvaro de Azevedo Avila, Professor Assistente, 03 meses, referentes ao 4º período quinquenal.HUCP-1610-1 - Angélo Domingos Pereira, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1632-2 - Ivanilton Pereira Bastos, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1730-2 - Isac Soares de Queiroz, Auxiliar Adm./Agente Adm., II, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1785-1 - Paulo Vicente Guimaraes Carvalho, Técnico Adm., Iº Prog. de Computador, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1768-1 - Iara Fagundes de Oliveira Nobre, Analista Univ. de Saúde/Bioquímica, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1416-8 - Elizabeth Santos de Carvalho, Agente da Administração, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1578-4 - Ana das Neves Góes Gonçalves, Técnico Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.2000-1 - Francisco de Assis Silva, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 2º período quinquenal.1620-9 - Adaila Maria Silva, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1624-1 - Adelia Maria de Jesus Nunes, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1449-4 - Maria Aparecida Silva, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1624-4 - Maria do Livramento Antunes Rocha, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.2058-3 - Maria da Conceição Sobrinho, Oficial de Serviços Gerais, 03 meses, referentes ao 3º período quinquenal.1643-8 - Maria Domingas de Jesus, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1649-7 - Maria Edileusa Dantas Pereira, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1644-6 - Maria Helêne Lopes, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1642-1 - Waldecy Gonçalves Coutinho, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1448-6 - Vanilia Maria Alves Vieira, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1443-5 - Valdecir Pereira Veloso, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1603-9 - Stomaria Xavier Santiago, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1567-9 - Sônia Durães Lima Souza Silva, Técnico Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1626-8 - Suely Rodrigues Mendes, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1606-3 - Rosemary Medeiros Santos, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1622-5 - Rita de Cássia Pereira Costa, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1403-6 - Raquel de Cássia Pereira Nascimento, Telefônica, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.CCBS-0560-6 - Robson Vieira Porto, Professor Assistente, 15 meses, referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º períodos quinquenais. Políticas do HUCF-1251-3 - Ana Maria Teixeira Barbosa, Adjunta de Serviços Gerais, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1664-1 - Maristela Antunes Pinto, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1425-7 - Ethel Stela de Moraes, Agente da Administração, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1664-1 - Márcia Aparecida Soares Gonçalves, Agente Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1659-4 - Maria Elza dos Santos Silva, Auxiliar Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.1787-6 - Roberto Coelho Ferreira, Técnico Univ. de Saúde, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.DD-1897-1 - Rosilene Maria de Mendonça, Analista da Adm./Bibliotecária, exercendo o cargo em Comissão de Chefe Divisão Biblioteca Central, 03 meses, referentes ao 1º período quinquenal.0271-2 - Francisco Almir Pires, Professor Assistente/CCBS, 15 meses, referentes aos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º períodos quinquenais. Prof. Juventino Rua de Abreu Júnior - Pró - Reitor da Planej., Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMAMENTO : A Profa. Maria da Conceição Santos, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, instaurada pela Portaria nº 009-Reitor/2000, de 1º de março de 2000, publicada no "Minas Gerais" de 21 de março de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei 869/92, Convoca e Cita: ROBERTO RIBEIRO DOS SANTOS, Mat. 1786-8, ocupante do cargo de Técnico de Raio X, lotado no Hospital Universitário Clemente Faria, para comparecer perante esta Comissão, instaurada na sala nº 204 - prédio nº 04 - Reitoria, Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Av. Dr. Ruy Braga, s/n, Vila Mauricéia, Montes Claros/MG, no horário de 14:00 às 18:00 horas, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da 4ª (quarta) e última publicação no "Minas Gerais", a fim de acompanhar a tramitação do respectivo Processo Administrativo Disciplinar, pessoalmente, e apresentar defesa por infração ao disposto no art. 249, II, da Lei 869/92, sob pena de confissão e revelia.

Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais

Presidente: Magdala Alencar Teixeira

Atos nº. 009 e 010/2000

A Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais-CTEC, concede, nos termos do artigo 201, letra "b", da Lei 869/52, 08 (oitavo) dias de Licença Nojo, às servidoras Maria Christina Triguenelli Azzi, mat. 2183 e Inês De Fátima Triguenelli Azzi, mat. 2314, por falecimento de sua mãe, ocorrido em 09/04/2000.

Secretaria da Cultura

Secretário: Angelo Oswaldo de Aradjo Santos

RESOLUÇÃO 001/2000

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Presidente: Flávio de Lemos Carsalade

RESOLUÇÃO 001/2000

O Conselho Curador do IEPHA/MG, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III da Lei 12.040, de 28/12/95, e considerando o previsto nos Artigos 11, 207, 208 e 209 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 21/09/89; A prioridade de descentralização administrativa proposta pelo governo estadual e a consequente necessidade de municipalização da política de preservação de bens culturais; A necessidade de critérios referenciais que permitam uma valorização equânime da atuação municipal, com vistas à aplicação do previsto no item 6, do Anexo III da Lei 12.040/95; O reconhecimento de que, tendo em vista a diversidade sócio-econômica e cultural de Minas Gerais, a valorização das políticas culturais municipais, a implantação das metodologias, práticas e critérios de proteção do patrimônio cultural, cabendo ao Estado, através do IEPHA/MG, o papel de assessoramento técnico neste processo; resolve modificar a RESOLUÇÃO 01/97, que passa a ter a seguinte redação: Art. 1º - Fará jus à pontuação prevista na Tabela do Anexo III da Lei 12.040/95 - Atributos - NH (Núcleo Histórico), CP (Conjunto Paisagístico), BI (Bens Imóveis) e BM (Bens Móveis); município que apresentar para os exercícios de 2002, 2003 e 2004 os critérios relacionados nos Quadros I, II e III, a - Serão considerados para efeito de análise dos Quadros II e III os municípios que cumprirem os critérios do Quadro I, b - A pontuação será calculada pela porcentagem das notas referentes aos Atributos constantes da Tabela do Anexo III. Os Atributos determinarão o enquadramento do bem cultural, tendo em vista os critérios dos Quadros I, II e III. Art. 2º

- Uma vez apresentados os dossieres de tombamento, será necessária a apresentação de laudos técnicos correspondentes aos bens tombados nos anos subsequentes para que o município seja pontuado segundo a porcentagem do Quadro I, a - No ano da apresentação dos dossieres de tombamento, para que o município seja pontuado segundo a porcentagem do Quadro I, não será necessária a apresentação de laudos técnicos correspondentes aos bens tombados. b- As informações referentes aos processos de bens tombados pelo IPHAN e IEPHA/MG serão obtidas junto aos referidos órgãos. Os municípios fornecerão as informações complementares sobre os bens tombados pelo IPHAN e IEPHA/MG, requeridas no Quadro I conforme os atributos da Tabela do Anexo III da Lei 12.040/95. Art. 3º - Fará jus à pontuação prevista na Tabela do Anexo III da Lei 12.040/95 - Atributo PCL (Política Cultural) o município que apresentar para os exercícios de 2002, 2003 e 2004 os critérios relacionados nos Quadro IV. a - A pontuação será calculada pela porcentagem da nota referente ao Atributo constante da tabelado Anexo III, tendo em vista os critérios do Quadro IV. Art. 4º - Nos Exercícios subsequentes a 2004, caso não haja alterações na Resolução do IEPHA/MG prevalecerão os critérios aqui estabelecidos. Art. 5º - Os casos omisos serão resolvidos pelo Conselho Curador do IEPHA/MG na sua forma regimental. Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário. Belo Horizonte, 11 de Maio de 2000. QUADRO I DOSSIEIS E LAUDOS : I - CRITÉRIO: Dossiê de tombamento para cada bem cultural tombado. CARACTERÍSTICAS: Dossiê de tombamento conforme modelo divulgado pelo IEPHA/MG contendo: - Introdução; Histórico do município; Histórico do bem cultural; Descrição e análise do bem cultural; Delimitação do perimetro de tombamento; Delimitação do perimetro de entorno do tombamento; Medidas complementares; Documentação cartográfica e fotográfica; Anexos; Ficha técnica; Parecer para tombamento; Cópia da ata da reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural aprovando e/ou referendando tombamentos, caso o Conselho tenha caráter consultivo; Cópia do decreto do executivo municipal referente ao tombamento e de sua publicação em veículo de comunicação; Cópia da ata da reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural deliberando tombamentos caso o Conselho tenha caráter deliberativo e cópia da publicação da deliberação em veículo de comunicação; - Cópia da inscrição do bem cultural no Livro de Tombo. O dossiê de tombamento deve ser apresentado em pasta própria, específica para cada bem cultural tombado (pasta de capa plástica plastificada, com identificação, contendo plásticos internos). Os sitos arqueológicos deverão ser tombados para serem pontuados conforme a tabela do Anexo III da Lei 12.040/95, nos atributos CP (Conjunto Paisagístico) ou BI (Bem Imóvel). Os dossieres de tombamento deverão conter "Plano de Gestão que contempla a infra-estrutura necessária para fiscalização e visitação, recursos humanos, administração e operação da área abrangida pelo sítio tombado. Os municípios que possuem núcleos históricos e conjuntos urbanos tombados, deverão comprovar a partir do exercício do ano 2003, que a legislação urbanística municipal, compreendendo o Plano Diretor, a Lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e o Código de posturas e edificações é compatível com as diretrizes de preservação do patrimônio cultural. PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO ATRIBUTO: 30%. 2 - CRITÉRIO: Laudo técnico comprovando o bom estado de conservação e/ou de gestão do bem cultural tombado pelo município. CARACTERÍSTICAS: Os laudos técnicos referentes aos bens tombados devem ser elaborados conforme modelo divulgado pelo IEPHA/MG: - Introdução; Histórico do município; Histórico do bem cultural; Descrição e análise do bem cultural; Delimitação do perimetro de tombamento; Delimitação do perimetro de entorno do tombamento; Medidas complementares; Documentação cartográfica e fotográfica; Anexos; Ficha técnica; Parecer para tombamento; Cópia da ata da reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural aprovando e/ou referendando tombamentos, caso o Conselho tenha caráter consultivo; Cópia do decreto do executivo municipal referente ao tombamento e de sua publicação em veículo de comunicação; - Cópia da inscrição do bem cultural no Livro de Tombo. O dossiê de tombamento deve ser apresentado em pasta própria, específica para cada bem cultural tombado (pasta de capa plástica plastificada, com identificação, contendo plásticos internos). Os sitos arqueológicos deverão ser tombados para serem pontuados conforme a tabela do Anexo III da Lei 12.040/95, nos atributos CP (Conjunto Paisagístico) ou BI (Bem Imóvel). Os dossieres de tombamento deverão conter "Plano de Gestão que contempla a infra-estrutura necessária para fiscalização e visitação, recursos humanos, administração e operação da área abrangida pelo sítio tombado. Os municípios que possuem núcleos históricos e conjuntos urbanos tombados, deverão comprovar a partir do exercício do ano 2003, que a legislação urbanística municipal, compreendendo o Plano Diretor, a Lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e o Código de posturas e edificações é compatível com as diretrizes de preservação do patrimônio cultural. PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO ATRIBUTO: 30%. 2 - CRITÉRIO: Laudo técnico comprovando o bom estado de conservação do bem tombado. CARACTERÍSTICAS: Os laudos técnicos referentes aos bens tombados devem ser elaborados conforme modelo divulgado pelo IEPHA/MG. Os municípios que possuem núcleos históricos e ou conjuntos tombados deverão apresentar o inventário completo destas áreas. Para as demais áreas fora do Núcleo Histórico e ou dos Conjuntos tombados, deverão ser apresentadas a quantidade mínima de fichas dos Bens Culturais Materiais conforme as categorias definidas pela metodologia do IEPHA/MG. Os demais municípios deverão apresentar a quantidade mínima de fichas dos Bens Culturais Materiais conforme as seguintes categorias: Informações Gerais - acompanhada por Planta (cadastral) de localização dos bens inventariados; 01 ficha (para cada distrito). Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas: 20 fichas por ano até atingir o mínimo de 40. Bens Móveis e Integrados: 20 fichas por ano até atingir o mínimo de 40. Sítios Arqueológicos: tantas fichas quantos sítios houver. Fontes Arqueológicas: tantas fichas quantas fontes houver. O município que tiver alcançado o mínimo de fichas por categoria deverá encampar a publicação e divulgação do Inventário. A partir do exercício do ano 2003 deverão ser apresentadas as fichas referentes aos Bens Culturais Materiais (conforme metodologia a ser divulgada pelo IEPHA/MG). Após o cumprimento das etapas descritas acima, o município deverá apresentar, nos anos subsequentes, as fichas atualizadas do Inventário. PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS: 10%. QUADRO II - INVENTARIOS - CRITERIO: Atuação do Departamento do Patrimônio Cultural Ou Órgão Afim Com Equipe Técnica Especializada - CARACTERÍSTICAS: Relatório de atividades da Equipe Técnica elaborado conforme modelo divulgado pelo IEPHA - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 12% - CRITÉRIO: Investimentos dos recursos recebidos - CARACTERÍSTICAS: Comprovar investimentos de no mínimo 80% dos recursos repassados ao município referente ao ICMS Patrimônio Cultural em

bens e atividades culturais. PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 10% - CRITÉRIO: Investimentos em bens culturais tombados e/ou inventariados - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 6% - CRITÉRIO: Investimentos em atividades culturais - CARACTERÍSTICAS: Publicações, exposições, festivais, manifestações culturais, educação, patrimônio, cultura, etc. PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 6% - CRITÉRIO: Atuação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural CARACTERÍSTICA: Exercer o controle compartilhado com o executivo municipal sobre as verbas repassadas ao município referentes ao ICMS do Patrimônio Cultural - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 8% - CRITÉRIO: Abrir e fazer a inscrição dos livros de Tombo - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 4% - CARACTERÍSTICA: Relatório de implementação Programas e Projetos propostos pelo município. Apresentado anualmente - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 7% - CARACTERÍSTICA: Anualmente deverá apresentar cópia das atas comprovando funcionamento do Conselho - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AS NOTAS REFERENTES AOS ATRIBUTOS NH, CP, BI, E BM: 7% - QUADRO IV - PLANEJAMENTO E POLÍTICA CULTURAL - ATRIBUTO: I- I legislatura municipal de proteção ao Patrimônio Cultural - CARACTERÍSTICA: Lei Orgânica municipal - capítulos específicos. Lei municipal tratando da proteção ao Patrimônio Cultural - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO A NOTA REFERENTE AO ATRIBUTO: 10% - CARACTERÍSTICA: Legislação de incentivos fiscais - PORCENTAGEM EM RELAÇÃO A NOTA REFERENTE AO ATRIBUTO: 10% - ATRIBUTO: 2- Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - CARACTERÍSTICA: Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens culturais. Exercer controle e fiscalização sobre intervenções em bens culturais de interesse de preservação ou tombados pelo município. Apresentar composição equilibrada entre o poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil. Estabelecer formas de convocação, deliberação e periodicidade de reuniões. Ter caráter preferencialmente deliberativo, de proceder ao tombamento ou outras formas de proteção de bens cult